

IÇAR VELAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VENTURAS NA RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E O MAR

Setting sail: considerations on the developments of the relationship between man and the sea

Fábio de Oliveira Matosⁱ
Universidade Federal do Ceará

Fábio Perdigão Vasconcelosⁱⁱ
Universidade Estadual do Ceará

Resumo

Este artigo tem objetivo de estabelecer um diálogo sobre a tomada de relações do homem com o mar. Apoiado no âmbito geo-histórico buscou-se resgatar a análise de como se processou o ideal de valorização dos espaços litorâneos, a transformação da imagem negativa acarretada ao mar à uma redefinição como um local de contemplação paisagística, desencadeadora de conflitos e expansão econômica, bem como a descoberta do mar como área para lazer e veraneio.

Palavras-chave: Maritimidade, Geografia-histórica, Zona costeira.

Abstract

The purpose of this article is to establish a dialogue around the relationship between man and the sea. Founded on the geo-historical sphere, the intention was to study the analysis of the ideal valorization of coastal spaces, how their negative image associated with the sea was redefined into a place of majestic landscapes, at the core of conflict and economic expansion, as well as the discovery of the sea as a leisure and holiday destination.

Keywords: Maritime, Historical geography, Coastal areas.

El Mar

*Antes que el sueño (o el terror) tejiera
Mitologías y cosmogonias,
Antes que el tiempo se acuñara en días,
El mar, el siempre mar, ya estaba y era.
Quién es el mar? Quién es aquel violento
Y antiguo ser que roe los pilares
De la tierra y es uno y muchos mares
Y abismo y resplandor y azar y viento?*

*Quien lo mira lo ve por vez primera,
Siempre. Com el asombro que las cosas
Elementales dejan, las hermosas
Tardes, la luna, el fuego de una hoguera.
Quién es el mar, quién soy? Lo sabre el dia
Ulterior que sucede a la agonía*

Jorge Luis Borges, no livro "El Otro, el mismo".

INTRODUÇÃO

Na atualidade é latente o interesse nos estudos acerca da Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC). Isso se dá porque é no litoral onde a problemática ocupacional se apresenta

de modo mais profundo e evidente, aonde o "caráter caótico" (DORNELAS, 2004, p. 144) da produção do espaço urbano irá se manifestar mais assiduamente. Portanto neste artigo pretendemos resgatar as primeiras venturas

na relação do homem com o ambiente marítimo a fim de compreender como a partir de tais acontecimentos se deu a tomada da ocupação das zonas de costa.

O resgate do passado é a tentativa de compreendermos o leque desencadeador dos processos na atualidade. Lewis Mumford, em sua obra *A cidade na História*, chama a atenção para essa necessidade de se voltar ao passado no estudo das ocupações urbanas:

Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura. (MUNFORD, 1985, p. 81)

Mas como compreender a tomada da relação do homem com o mar? Para tal desafio nos apoiamos nos estudos de Alain Corbin, em seu livro *Território do Vazio*, na pretensão de realizar um passeio pelos principais fatos históricos engendrados pela dinâmica da sociedade com esse ambiente. Partindo das venturas gregas e chegando até o desenvolvimento das principais cidades coloniais brasileiras, traremos os pontos mais relevantes dos princípios da ocupação da zona costeira.

68

ESTABELECENDO CONTATOS

A história escrita da relação do homem com o mar tem início na Grécia Antiga. É possível asseverar que tal civilização era litorânea por excelência. Vejamos sua localização geográfica: centrada ao redor do mar Egeu, seu território é formado por uma grande massa no continente e por variadas ilhas. Além disso, o domínio grego expandiu-

se por todo o Mediterrâneo – norte da África, Itália, Península Ibérica e costa francesa. O principal fator diferencial dessa civilização é justamente sua relação com o ambiente litorâneo, notadamente em função do desenvolvimento das suas embarcações.

No entanto o litoral grego em si não dispunha de nenhum diferencial mais provocador às curiosidades marítimas. Tal fato deveu-se ao seu território ser bastante acidentado, com poucas planícies ou locais férteis, que compelia o surgimento de cidades onde quer que o terreno fosse minimamente arável, ou junto ao mar, onde era possível construir bons portos que permitiam a comunicação e o comércio, já que os rios, durante os meses quentes e secos do verão, costumavam ficar reduzidos a meros riachos, sendo assim inviáveis. A própria distribuição das primeiras cidades gregas afirmavam tal fato, pois como elas se desenvolviam de modo isolado, efetivavam-se na forma de governo em cidades-estado (CORBIN, 1989).

Esse pode ser considerado o motivo propulsor do direcionamento dos gregos ao mar, que se mostrou não só como um eficaz ambiente para os meios de transporte e comunicação, embora a maioria dos gregos raramente se afastasse de sua terra de origem, como viabilizou a obtenção de lucro, por meio de trocas comerciais, notadamente com o Egito. Diegues (1998, p. 34), versando sobre o universo insular, expõe que:

As sociedades insulares são fundamentadas nos conceitos de maritimidade, insularidade e ilheidade. Não é a presença material do mar que se revela como elemento básico das sociedades insulares, mas sim as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas em relação ao mar. Na

maioria das vezes, o mar é visto ora como fator de contato, ora de isolamento, dependendo do tipo de relação que as sociedades insulares mantêm com o exterior.

Além do uso para a navegação, a natação também era uma prática comum no litoral grego, representando outra relação do homem com o mar desenvolvida nesse contexto histórico. Na civilização clássica grega, a prática de nadar no mar iniciou-se como uma prática higiênica, mito de limpeza e proteção dos poros da pele proporcionados por Poseidon, deus dos mares na cultura grega (CORBIN, 1989, p. 32), expandindo-se depois como um esporte, destacado pela presença de associação de provas de natação nos Jogos Ístmicos, disputados em homenagem a Poseidon.

Apesar da ampla popularidade que a natação trouxe às diversas camadas sociais da antiga civilização grega, percebe-se que, longe de associar a prática do nado nas águas do mar a uma atividade de lazer, de culto ao ócio, essa atividade apresentava-se como modo de representação da coragem e virilidade do homem grego perante o temido Poseidon, que controlava as ondas e as marés do universo azul.

A sociedade romana também mantinha laços com o mar. Porém, diferentemente da civilização grega, a natação para Roma tinha uma ligação mais associada à atividade física e culto ao corpo do que propriamente a alguma figura mítica. Exemplo disso é a figura do siciliano Tisander, boxeador olímpico, que se utilizou no século VI da prática da natação no mar como forma de treinamento (CAMINHA, 1979, p. 8).

Porém, com a queda do Império

Romano, em 476 d.C., provocado pela invasão, via mar, por diversos povos bárbaros, entre eles, visigodos, vândalos, burgúndios, suevos, saxões, ostrogodos e hunos (CAMINHA, 1979, p. 71), a moda de representação da paisagem marítima, bem como práticas associadas a praia é substituído pelo medo, pavor e proibição, assemelhando-se ao descrito por Jorge Luis Borges, na poesia que iniciou este artigo, onde conseguiu representar de modo fidedigno a imagem do mar por um longo período de nossa história: violento, abissal e assombroso.

A IGREJA E A REJEIÇÃO AO MAR

Na Idade Média, com as mudanças no campo político-econômico-ideológico, a transformação de mentalidade passa a associar o tempo livre às práticas religiosas católicas. Nesse contexto, apoiado na perspectiva cristã emergente, o banho de mar não era considerado atitude de um bom cristão. Com a influência católica ditando os costumes desse período, acreditava-se que a pressão e o calor das águas abriam os poros, neles penetrando, além do sal, as impurezas dos pecados do mar na pele. O corpo não poderia ser exposto às influências nocivas do ambiente externo. O sentido de limpeza era manifestado nas roupas, e não no corpo. A aversão à água era tão grande que acabava ocorrendo uma fobia pelo mar. O oceano era impróprio para a vida terrestre, pois era agora a residência dos “poderes do inferno” (CORBIN, 1989, p. 122).

De modo geral, Corbin (1989) afirma que o domínio católico no período medieval vai marcar a rejeição do homem pelo mar. Rejeitava-se a moradia à beira-mar, fruto da proximidade com os poderes ocultos do demônio, puniam-se os homens impuros com

o arremesso de seus corpos na água, temia-se a presença de pescadores, por trazerem as mazelas do oceano.

A arma utilizada pelo cristianismo medieval para reforçar essa aversão pelo mar viria a ser a Bíblia. Tanto o Velho quanto o Novo Testamento reforçavam essa visão do oceano como uma arma de Deus. Como exemplo, há o relato bíblico do dilúvio, em que a massa oceânica aparece como instrumento de punição. O dilúvio representa um retorno temporário ao caos.

A Bíblia descreve, em particular, um monstro marinho, chamado *Leviatã*, como o maior dos monstros do mundo:

Ninguém é bastante ousado para provocá-lo; quem o resistiria face a face? Quem pôde afrontá-lo e sair com vida debaixo de toda a extensão do céu?... Quem lhe abriu os dois batentes da goela, em que seus dentes fazem reinar o terror?... Quando se levanta, tremem as ondas do mar, as vagas do mar se afastam. Se uma espada o toca, ela não resiste, nem a lança, nem a azagaia, nem o dardo. O ferro para ele é palha, o bronze pau podre. (BÍBLIA, 1982, p. 656)

Nesse período o discurso relativo ao mar era estabelecido mediante a idealização do oceano como a residência do diabo, representado na figura do Leviatã. Essa ideologia, também, vai percorrer o campo da cultura. Segundo Corbin (1989) a imensidade movente do mar carrega em si desgraça. “*Nas peças de Shakespeare, da juventude e da maturidade, animais ferozes, tempestade, cometas, doenças e vícios tecem uma rede de associações, evocadora de um mundo em conflito, dominado pela desordem*” (CORBIN, 1989, p. 18).

Frente a tais considerações sobre o

ambiente marítimo evitava-se a ocupação à beira-mar. Apesar de as principais cidades da época estarem dispostas próximas a praia, poucas eram as que se aventuravam a uma disposição voltada para a paisagem marítima.

EM BUSCA DE NOVAS TERRAS

O aforismo do pensamento de rejeição à beira-mar permanece por todo o período da Idade das Trevas, com o ambiente marítimo sendo associado a lugares proibidos e perigosos. Foi devido à busca por novos mercados consumidores, fruto da emergência do regime mercantilista, que o Estado encontra no mar o caminho para a expansão marítima e colonial. Com o aumento do consumo na Europa é eclodido a necessidade de exploração de outros espaços fornecedores de especiarias, forçando a abertura de novos caminhos, chamados rotas, para a ampliação desse comércio. Tal fato levou ao desenvolvimento de conhecimentos ligados à navegação, originando instrumentos e barcos preparados para longas travessias.

Enquanto era mitigado, o Atlântico era também fonte de medo. Nele, habitavam monstros e tormentas. Antigas lendas alertavam que o Atlântico acabaria em um grande abismo, que traria as embarcações. A fantasia convivia com o controle de instrumentos científicos (bússola, astrolábio, etc). Percebe-se, portanto, que, apesar dos avanços técnicos e científicos, a aversão do homem à paisagem marítima ainda permanecia. Essa conservação da associação do mar a mundos habitados por seres fantásticos pode ser percebida pela presença constante de gravuras de monstros marinhos nos mapas desse período.

O ideal renascentista dessa época

favoreceu uma maior aceitação às empreitadas marítimas, o que estimulou o surgimento de novas percepções sobre a utilidade do mar. A partir do Renascimento, novos conhecimentos foram adquiridos: a forma dos oceanos foi conhecida (continentes e pólos); a Lei da Gravitação Universal permitiu a explicação do fenômeno das marés; as correntes e ondas foram explicadas a partir das equações da dinâmica; a salinidade foi explicada da mesma forma que os sedimentos marinhos; e a teoria da evolução dos organismos vivos, desenvolvida a partir dos resultados da viagem de circunavegação da Terra pelo navio de pesquisas Challenger, em 1872/76, deu uma nova interpretação à existência dos peixes, mamíferos e outros habitantes dos oceanos (MESQUITA, 1994).

NOVAS VISÕES PARA O MAR: NATURAL, ECONÔMICO E CULTURAL

A percepção acerca do litoral também muda. Essa zona passa a adquirir importância não apenas como meio natural, mas também como fator econômico e social. Essa nova atmosfera é fruto de novos pensamentos que

eclodiam na época. O Renascimento, a Reforma Protestante e o Racionalismo davam mais importância ao indivíduo, favorecendo o desabrochar das grandes navegações, com os homens partindo por mar em todas as direções do globo terrestre em busca de novas rotas de comércio e parcerias para sustentar o crescente capitalismo no Velho Continente. Era o início da modernidade.

Um documento que representa esse desbravamento do mar empreendido pelo homem em busca de novas terras é o *Planisfério de Cantino*¹ (FIGURA 1). Esse mapa, datado de 1502, além de retratar as grandes navegações, registra, também, a primeira figura cartográfica a representar a faixa litorânea brasileira.

A princípio, a ocupação do litoral se restringia a pescadores, agricultores e pequenos comerciantes. Os progressos da oceanografia na Inglaterra, entre 1660 e 1675, arrefecem os mistérios do oceano. A partir de 1750, transparecem os reflexos de uma mudança de comportamento. Perturbada com a presença de novas ansiedades, o medo das águas tornou-se um mal menor.

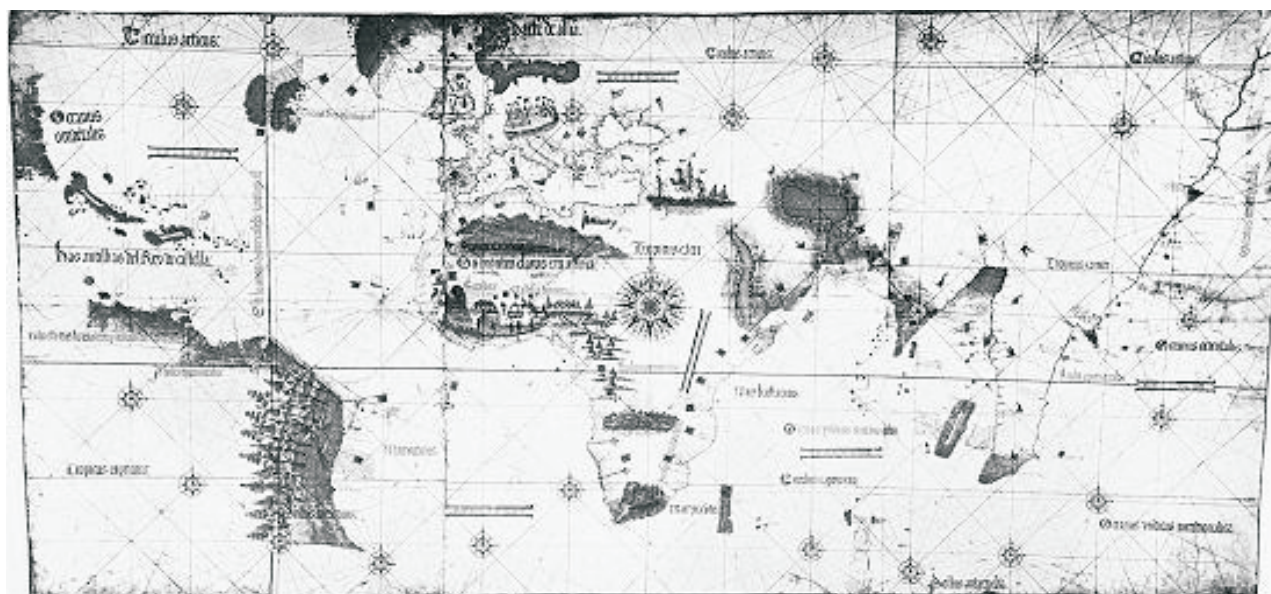


FIGURA 1 - Planisfério de Cantino (1502)

Fonte: Knauss, 1997, p. 138.

Com o surgimento da Teologia Natural na França do século XVII, emerge uma nova maneira de apreciar o mar e a praia. Para se compreender como essa nova percepção se apresenta na aurora do século XVIII, é necessário levar em conta a leitura contemplativa do espetáculo da natureza e a harmoniosa figura de terra pós-diluviana. A teologia natural opera, com sucesso, a dissolução das imagens repulsivas inicialmente evocadas.

Opera-se, portanto, um deslocamento da imagem do Deus punidor, para a do Soberano tranqüilizador, que soube encadear os males e perigos do oceano e impor-lhe limites. Complementa Corbin (1989, p. 58):

Deus, em sua infinita bondade, dispôs o oceano e as praias tendo em vista o bem-estar do homem. A composição da água do mar corresponde às intenções do Criador: o sal impede que ela se corrompa; assim garante a sobrevivência dos peixes e a salubridade das margens. Além disso, favorece a conservação dos alimentos. Impede o congelamento das criaturas marinhas

Apoiado nesse novo rumo de descobertas, o discurso médico começa a elevar as vantagens da água fria do mar para a saúde do homem. A luta contra a melancolia enobrece o papel do mar, agora menos vilão e mais colaborador. O homem passa, então, a querer se confrontar contra a temida violência das águas do mar, sem temer o desconhecido.

Esse novo tratamento permite beneficiar os doentes das qualidades curativas da água fria do mar e da ambiência marítima. A prescrição de passeios de barco e de estadas em ilhas como tratamento das doenças pulmonares privilegia a virtude terapêutica do

mar em relação à água (DANTAS, 2004). Isso resulta, segundo Corbin (1989), do sucesso da teoria de Lavoisier que, insistindo (a partir de 1783) sobre a importância do bem respirar, reforçou o papel da praia nos tratamentos terapêuticos.

Com esse interesse pela paisagem litorânea, sobretudo na Bretanha (região onde esse discurso se intensificou), ocorrem levadas de ingleses a espalhar-se por toda a Europa, enquanto se difundia na França a moda de viagem à Itália, permitindo à contemplação das obras, tornando familiares ao olhar as paisagens que inspiraram os escritores antigos e os artistas do século XVII.

Nesse novo frisson surgido na Itália, a costa de Nápoles passa a ser uma das principais áreas de visitantes devido ao sucesso do livro Eneida, poema épico latino escrito por Virgílio no século I a.C., que conta a história de Enéias, um troiano, ancestral dos romanos, que, viajando por aquele litoral, descreve em seus versos a beleza da paisagem contemplativa do litoral napolitano.

Portugal também se lança às aventuras marítimas. Com 848 quilômetros de litoral, o povo português não poderia deixar de se familiarizar com as atividades náuticas. A importância da vida marítima na existência econômica desse país emerge desde o princípio de sua nacionalidade. Moraes (2000) ao citar os ensaios de Antônio Sérgio de Sousa, importante intelectual e pensador português, defende a idéia de que a pobreza agrícola impeliu os homens para o mar. "*Parece-nos caracterizar o Portugal medievo haver nele uma costa que se oferecia aberta à atividade... Costa acolhedora aos navegadores estrangeiros*" (MORAES, 2000, p.122). Dessa forma, o vasto litoral também passava a implicar também em

contatos, dando ao país um certo cosmopolitismo precoce que parece marcar a formação portuguesa.

Tal potencialidade marítima, contudo só se substantiva “quando se inscreve no quadro de interesses dos diferentes atores sociais em relação à aventura marítima” (MORAES, 2000, p. 133). Assistindo-se a uma unificação dos distintos segmentos das classes dominantes no projeto expansionista português, unindo assim coroa, nobreza, clero e burguesia. (MORAES, 2000). Desde a tomada de Celta, em 1415, e a descoberta das ilhas da Madeira e das Canárias, Portugal marcava o início da sua expansão territorial.

PRIMEIRAS OCUPAÇÕES DA ZONA COSTEIRA NO BRASIL

Muito antes do descobrimento, Tessler e Mahiques (2003) nos lembram que o litoral brasileiro foi ocupado e explorado pelo ser humano. Os inúmeros sambaquis, presentes no litoral sul e sudeste, são testemunhos de que povos habitaram e exploraram os recursos alimentares de praias e outros ambientes costeiros. Porém, é, a partir do período colonial, que se dá a efetiva intervenção humana sobre a linha da costa do Brasil.

O litoral brasileiro foi povoado de forma descontínua, identificando-se zonas de adensamento e núcleos pontuais de assentamentos. No período colonial, formaram-se expressivos conjuntos de ocupações do espaço litorâneo, além de cidades portuárias isoladas, como Belém, São Luís, Fortaleza e Vitória, Moraes (1999) enumera os quatro conjuntos mais expressivos dessa ocupação no Brasil, formados durante o período colonial, a saber:

- *Litoral oriental da zona da mata nordestina.*

Zona produtora de açúcar, fixando a maior parte dos assentamentos coloniais no “século do açúcar (1570-1670);

- *Recôncavo baiano.* Polarizada por Salvador, maior cidade brasileira até o final do século XVIII, sendo ponto de escala das rotas internacionais do império português;

- *Litoral fluminense.* Em menor grau, polarizada pelo Rio de Janeiro, era zona de produção de abastecimento para as áreas mineradoras e de embarque dos produtos minerais daquela região;

- *Litoral paulista.* Restrita pelo litoral fluminense, polarizada por Santos/São Vicente, era articulada com o sistema paulistano no planalto.

A ocupação da faixa litorânea brasileira pauta-se, então, pelas atividades portuárias, o que dá suporte ao modelo econômico primário-exportador, expressando o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor para o mercado externo.

Muito embora tenham surgido nos primeiros trinta anos, ao longo do litoral, algumas feitorias (consideradas os embriões de nossas primeiras cidades), eram estas tão modestas como núcleos de povoamentos ou como aglomerados urbanos que é preferível admitir-se como real início da urbanização o momento em que se instituiu o regime das capitânicas hereditárias, em 1532, quando surgem, oficialmente, as primeiras vilas e cidades (RODRIGUES, 1972).

No decorrer do século XVI, criaram-se catorze vilas, entre as quais lembráramos a de São Vicente (1532), Porto Seguro (1535), Iguaçu (1536), São Jorge de Ilhéus (1536) e Olinda (1537). Ao lado das catorze vilas, foram criadas três cidades: Salvador da Bahia de Todos os Santos (1549), São Sebastião do Rio de

Janeiro (1565) e Filipéia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), em 1585 (RODRIGUES, 1972). A determinação colonial vai se inscrevendo nos padrões de organização do espaço, na conformação da estrutura territorial, nos modos de apropriação da natureza e de usos dos seus recursos naturais, na fixação de valor ao solo e nas formas de relacionamento entre os lugares (MORAES, 2004).

Todas elas, vilas e cidades, guardavam em comum, a posição marítima que ocupavam devido ao fato de o colonizador ter chegado inicialmente nas novas terras por via marítima, sendo a única exceção, de ocupação litorânea, São Paulo de Piratininga. Essa posição comum ao longo da orla litorânea é explicada pela necessidade de contatos com a metrópole e *“dos múltiplos obstáculos que eram encontrados pelos povoadores quando se afastavam da costa: as escarpas do planalto, a floresta e principalmente a presença dos indígenas (tupis na baixada e os gês no planalto)”* (RODRIGUES, 1972, p. 2).

Também Moraes (2000, p. 385) nos salienta a dificuldade da ocupação colonizadora no litoral brasileiro. Somente após o término da Guerra do Açú, no final do século XVII, o “sertão de fora” estava liberado para a ocupação lusitana. Com isso, consolidava-se um *“espaço de colonização que abrangia o litoral e a hinterlândia contígua desde a Bahia até o Ceará, conformando a zona core do território brasileiro de então”*.

É válida uma ressalva, apesar da ocupação do território brasileiro ter se dado da costa para o interior, não equivale a considerar que a zona litorânea conheceu densa ocupação no período colonial. Foi, essencialmente, pontual, sendo as áreas de adensamento restritas aos centros difusores internos.

O modo de ocupação com predominância na zona litorânea perdurou até o século XVIII. Com a penetração no planalto empreendida pelo bandeirismo, a expansão pastoril no Nordeste e os avanços militares no Sul, a urbanização libertou-se da orla marítima. Assim, durante todo esse século, apesar das condições de desenvolvimento econômico da primeira metade dessa centúria, os núcleos urbanos mantêm um forte componente agrícola em suas constituições.

O sistema de sesmarias e as atividades econômicas mais típicas do período colonial (engenhos açucareiros e fazendas de criação) colaboraram para a fixação do homem no campo. Dessa forma, os homens desse período tinham aversão à vida urbana, preferindo viver no campo e só vindo aos centros urbanos a fim de assistirem a festejos e solenidades.

A ausência de riqueza mineral e a falta de base para uma organização comercial levaram os donos das benfeitorias a se dedicar à exploração agrícola. Como resultado, a lavoura, aproximadamente um século a contar de Martim Afonso, foi a única fonte de riqueza explorada em todas as capitanias. Necessitando explorar o território brasileiro por meio da agricultura, os colonos lusos o fizeram mediante introdução de suas culturas tradicionais, bem como de outras culturas, já de caráter tropical, que praticavam nas suas ilhas atlânticas.

Dentre elas, a cana de açúcar, importada da ilha da Madeira, ganhou destaque, sendo a base da riqueza agrícola no período colonial. Paralelo a cultura da cana, desenvolveu-se, também, o pastoreio. Mesmo os latifundiários açucareiros não deixaram de ser também criadores de gado. Os currais invadiram o interior brasileiro, levando o povoamento às

regiões mais distantes da costa. Por fim, a mineração teve papel importante em fins do século XVII na ocupação territorial brasileira, provocando intenso afluxo demográfico para o interior. Em suma, até o século XIX, a agricultura e a pecuária absorveram quase totalmente a população do Brasil, deixando ao comércio, à indústria e às demais atividades parcelas pequenas dos habitantes do país. Na zona de costa, os brasileiros foram pouco além da pesca rudimentar, próxima ao litoral, e da navegação de cabotagem (CAMINHA, 1979).

Ocorreu, também, em território brasileiro, discursos fantásticos sobre a relação do mar como área mantedora de animais ferozes e monstros. Como exemplo disso, temos a descrição do clássico livro de Frei Vicente Salvador sobre a História do Brasil, datado de 1627, a seguir:

Há também homens marinhos, que já foram vistos sair fora d'água após os índios, e nela hão mortos alguns, que andavam pescando, mas não lhes comem mais que os olhos e nariz, por onde se conhece, que não foram tubarões, porque também há muitos neste mar, que comem pernas e braços, e toda a carne.

Na capitania de S. Vicente, na era de 1564, **saiu uma noite um monstro marinho à praia**, o qual visto de um mancebo chamado Baltazar Ferreira, filho do capitão, se foi a ele com uma espada, e levantando-se o peixe direito como um homem sobre as barbatanas do rabo lhe deu o mancebo uma estocada pela barriga, com que o derrubou, e tornando-se a levantar com a boca aberta para o tragar-lhe deu um altabaixo na cabeça, com que o atordoou, e logo acudiram alguns escravos seus, que o acabaram de matar, ficando também o mancebo desmaiado, e quase morto, depois de haver tido tanto ânimo. **Era este**

monstruoso peixe de 15 palmos de comprimento, não tinha escama senão pêlo [...]. (SALVADOR, 1982, p. 14). [grifos nossos]

Relatos parecidos na região do Mocuripe, em Fortaleza, também é descrita por Bezerra de Meneses:

Nas noites de lua, cujos raios esbatendo-se nos alvos mórros de areia fazem da noite dia e do mar um lago azul semeado de scintilações de prata, eu os tenho ouvido, sentado entre elles [os pescadores] nas jangadas, ao relento, contarem horríveis histórias de encantamento, de phantasmas, de visões, de luctas que tem sustentado com animaes desconhecidos e hediondos, dos quaes muitos têm sido victimas e nunca mais voltaram a terra do seu nascimento. (MENESES, 1902, p. 96).

A figura mítica da sereia, no início do século XX permeava a cultura popular nos mares de Mocuripe:

As sereias com seus cantos maviosos prendem alguns por lá, outros mais medrosos são arrebatados pelo rôlo do mar. Que doce impressão não nos deixa n'alma a narração das luzes multicores que apparecem e desaparecem correndo por cima das águas; das vozes, dos gemidos, dos assobios, dos soluções que se ouvem por toda a parte a hora da meia noite; das mulheres vestidas de branco ou vestidas de negro que os acompanham na solidão do oceano, á doce luz do luar, chamando-os pelos nomes como se fossem conhecidas; dos pequenos barcos embandeirados, profusamente illuminados e tripolados por damas formosíssimas, que cantam ao som de deliciosos instrumentos celesteaes harmonias de uma docçura estranha e ineoriente, fazendo-os extasiar e

esquecer o lugar onde se acham; de mil assimbosas aventuras, scenas sobrenaturaes, coisas mysteriosas que dissem ter visto e ouvido (MENESES, 1902, p. 96).

Tais discursos contribuíram para a resistência à onda da ocupação da zona de costa no Brasil. Apesar da diversidade de formas com que o homem se relacionava com o mar, as aglomerações urbanas concentradas ao longo da extensa costa brasileira tinham em comum o uso das faixas de praia para as atividades pesqueiras e portuárias ou para o despejo de lixo, situação que permaneceu em muitas cidades até o início do século XX (SCHRAMM, 2001, p. 27-28).

O brasileiro atravessará dois séculos inteiros de apego à terra firme, sem cogitar uma maior interação com o ambiente marítimo. A mudança de pensamento deu-se, inicialmente, segundo Gaspar (2005), quando começou a se pensar o mar em termos medicinais. Com uma inflamação na perna, provocada pela picada de um carrapato, Dom João VI, enfiado dentro de um caixote, foi o pioneiro europeu (com história relatada) a se arriscar a mergulhar nas águas cariocas.

Surge em território nacional, nas primeiras décadas do século XIX, portanto, esse novo frisson de transformar a praia numa “espécie de hospital”, com destaque para tratamentos de problemas respiratórios. Para tanto, havia um código de ética em algumas cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo surge o *Dicionário de Sciencias Eclesiásticas*, de 1760, recomendando o “uso do banho, desde que não se o tome por volúpia. Permitir-se-ão banhos aos doentes todas as vezes que se julgar necessário, mas aos de boa saúde, em especial aos jovens, tais banhos devem ser concedidos muito raramente” Gaspar (2005, p.57).

Esse quadro será alterado com a implementação de políticas de saúde pública e das obras urbanísticas em meados do século XIX, resultando numa melhoria extraordinária das condições sanitárias, permitindo, ao mesmo tempo, a renovação dos centros urbanos e a inserção dos bairros na estrutura citadina brasileira (REIS, 1994, p. 17).

É no despertar desse novo século que a sociedade brasileira passa a vislumbrar a zona costeira como área residencial e de lazer. Paulo Linhares, no seu livro *Cidade de Água e Sal* (1992) apresenta o percurso desenvolvido desses novos usos do ambiente litorâneo até sua chegada em Fortaleza: originada na França (Deauville, Biarritz, Trouville), espalha-se pelo restante da Europa até posteriormente desembarcar na América do Sul, seguindo o trajeto pelo Chile (Viña del Mar), Uruguai (Punta del Leste) e, por fim, o Brasil, no Rio de Janeiro (Leme, Copacabana, Ipanema), difundindo-se pelo restante do país. Apesar da ponderação engendrada por Linhares de um processo evolutivo de valorização dos espaços litorâneos pelo mundo, é interessante perceber o mapeamento da distribuição que tais práticas vão desempenhar nos diversos espaços costeiros.

É a partir desse período que o ambiente litorâneo passa a tomar uma nova configuração na sociedade brasileira. O mar passa a ser usado para *esportes náuticos*, como remo e natação, como forma de *lazer*, com as caminhadas na praia e os já referidos banhos de mar, e como forma de *veraneio*, com os bangalôs surgindo por vários pontos da orla brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos agora uma nova configuração para o litoral, com novas funções e interesses. A

inclusão do litoral nos projetos citadinos ocorre de modo tardio: em Fortaleza, por exemplo, o primeiro plano a destacar o novo perfil litorâneo é o de Saboya Ribeiro, em 1947. Tal fato gera a configuração de um litoral que na atualidade é fruto de conflitos e preocupações. Das primeiras incursões entre o homem e o mar surge na atualidade a crise desse duo.

Partindo-se desse prisma emerge a preocupação de estudiosos no estudo do ambiente litorâneo, interessados na problemática do uso e da ocupação das “fachadas marítimas” (BOUDOU, 2001, p. 71), a fim de compreender a importância do impacto potencial do mar sobre a sociedade. Nessa nova onda se propôs até mesmo a mudança etimológica da Geografia para se buscar o alcance do estudo do mar:

A “Geografia” pretende estudar, investigar... e ajudar a compreender a superfície do globo terrestre, a “face da terra”, a distribuição dos seus “habitantes”, suas inter-relações... etc. A etimologia revela-nos que a palavra “geografia” vem de duas raízes gregas que significam “descrição da terra”; mais lógico seria, portanto, usar a expressão “talassografia”, ou seja, thalassa (mar) + grapheim (descrição). (BOUDOU, 2001, p. 71)

Ultrapassamos (ou não) a barreira do temor pelo oceano da Idade Média e passamos a ocupar incansavelmente nossa costa, mesmo sem possuir o domínio sobre tal ambiente. Na atualidade, além de influenciar na distribuição espacial da humanidade, já que os maiores focos de concentração populacional são marítimos, as zonas de costa influenciam na distribuição espacial das atividades urbanas.

O papel secundarizado que o ambiente costeiro tomou pela história da ocupação das

sociedades humanas gera suas conseqüências na atualidade. É hora de içar velas e levantar âncora, pois venturas complexas delineiam-se no presente (e no futuro) da ocupação social nas zonas de costa.

NOTAS

ⁱ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: fabiomoria@yahoo.com.br

ⁱⁱ Professor da Universidade Estadual do Ceará. Pós-Doutorado pela Universidade de Nantes (França).

E-mail: perdigao@uece.br

¹ Sobre o Planisfério de Cantino, Faria (2008) afirma que foi elaborado por um cartógrafo português anônimo, que se baseou no padrão real. O trabalho foi realizado mediante suborno praticado por Alberto Cantino, agente italiano, a serviço de Hércules d'Este, Duque de Ferrara, que por ele pagou 12 ducados de ouro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- BORGES, Jorge Luis. *El Otro, El Mismo*. Buenos Aires: Emece, 1969.
- BOUDOU, Jean-Louis. Em Favor da Talassografia. In: *Geografares*, Vitória, Volume 02, 2001, p. 71-75.
- CAMINHA, João Carlos. *História marítima*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1979.
- CORBIN, Alain. *O Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. O mar e o marítimo nos trópicos. In: *Geosp*. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-76, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FARIA, Maria Dulce de. Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Biblioteca da

- Biblioteca Nacional. In: *Biblioteca Nacional, Cartografia Histórica*. Disponível em: <http://www.bibliotecanacional.gov.br>. Acessado em 02 de Setembro de 2008.
- GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca, das tangas indígenas às tanguinhas de Ipanema*. Rio de Janeiro: Metalivros, 2005.
- GIOVANNI, R. R. *Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia-Histórica do sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- KNAUSS, Paulo. *Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo, v. 2, n. 3, 1997.
- LINHARES, Paulo. *Cidade de água e sal: por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MENESES, Antônio Bezerra. A Praia. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Volume 16, 1902.
- MESQUITA, Afrânio Rubens. O lugar da Oceanografia. *Revista Estudos Avançados*. Edição 08. São Paulo: IEA, 1994.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- MUNFORD, L.A. *A Cidade na História*. São Paulo: Edusp, 1985.
- REIS, Nestor Goulart. Algumas Experiências Urbanísticas do Início da República / 1890/1920. *Cadernos de Pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação*. São Paulo: USP, 1994.
- RODRIGUES, João Antônio. *A Urbanização brasileira e seus problemas*. São Paulo: IG/USP, 1972.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- SCHRAMM, Simone. *Território Livre de Iracema: só o nome ficou? (Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.
- TESSLER, M. G. ; MAHIQUES, M. M. Processos oceânicos e fisiografia dos fundos marinhos. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.